



DECISÃO DE RECURSO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.171/2025

Processo de Recurso n.º 21.328/2026, Processo Licitatório n.º 25.620/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.171/2025, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, SOB DEMANDA, DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO, para atender à necessidade da Subsecretaria de Atenção Básica/Coord. Saúde Bucal, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA, em face da decisão que classificou a empresa PRESTAMED HOSPITALAR LTDA como vencedora do item 01 no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 90.171/2025, Processo Administrativo n.º 25.620/2025.

I) DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa PRESTAMED HOSPITALAR LTDA, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.

II) DO RECURSO

Encerrada a fase de julgamento das propostas, foi oportunizada a manifestação de intenção de recurso, a qual foi registrada pela Recorrente e, posteriormente, formalizada dentro do prazo legal, nos termos do art. 165 da Lei n.º 14.133/2021. A recorrente BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA LTDA alega, em síntese, que participou regularmente do certame apresentando proposta para fornecimento de anestésico odontológico em tubetes de 1,8 ml, sustentando que o produto ofertado atende às exigências técnicas essenciais previstas no



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Pregão III

editais, incluindo solução estéril, concentração farmacológica adequada, proteção interna apropriada e registro sanitário válido perante a ANVISA.

Argumenta que sua desclassificação ocorreu exclusivamente em razão de o produto ofertado utilizar tubetes em material plástico, enquanto o edital menciona "tubete de cristal", defendendo que tal característica seria meramente acessória e não comprometeria a eficácia, segurança ou finalidade do medicamento.

Sustenta, ainda, que apresentou declaração técnica emitida pelo fabricante DLA Pharmaceutical Ltda, a qual atestaria a equivalência técnica e funcional do produto ofertado, bem como a adequação sanitária e segurança do acondicionamento plástico utilizado nos anestésicos odontológicos.

A recorrente afirma que a exigência específica de "tubete de cristal" configuraria restrição indevida à competitividade, em afronta ao art. 9º da Lei nº 14.133/2021, alegando que existem no mercado produtos equivalentes em material plástico regularmente aprovados pelos órgãos sanitários competentes.

Também defende que a Administração realizou interpretação excessivamente literal e restritiva do edital, sustentando que, no mercado odontológico, a expressão "tubete de cristal" seria utilizada genericamente para designar anestésicos acondicionados em carpules odontológicos, independentemente da existência de componentes plásticos acessórios.

A empresa invoca os princípios da competitividade, razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa, argumentando que a desclassificação de proposta tecnicamente apta representaria formalismo excessivo e afrontaria o interesse público.

Afirma, ainda, que o produto ofertado possui equivalência funcional ao objeto licitado, apresentando mesma substância anestésica, mesma concentração farmacológica, mesma forma farmacêutica, mesmo volume de 1,8 ml e adequadas condições de esterilidade e estabilidade, diferenciando-se apenas quanto ao material do tubete.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Pregão III

Por fim, sustenta que o produto possui registro sanitário válido perante a ANVISA, órgão responsável pela análise da segurança, qualidade farmacêutica, estabilidade e adequação do material de acondicionamento, requerendo, ao final, a reforma da decisão administrativa para aceitação de sua proposta no certame.

III) DAS CONTRARRAZÕES

Devidamente intimada, a empresa recorrida não apresentou contrarrazões.

IV) DA ANÁLISE PRELIMINAR

Conforme consta no laudo técnico de análise de catálogos emitido pela área requisitante, o produto ofertado pela recorrente BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA LTDA para o item 01 foi reprovado por não atender ao descritivo previsto no edital, especialmente quanto à exigência de acondicionamento do anestésico em tubete de cristal. O parecer técnico consignou expressamente que "o produto apresentado pela empresa não atende o descritivo. O tubete deve ser em cristal. O anestésico quando envasado em tubete de plástico pode apresentar importante alteração em seu desempenho".

Dessa forma, verifica-se que a desclassificação não ocorreu por mero formalismo ou interpretação excessivamente restritiva do edital, mas sim em razão de análise técnica fundamentada pela área competente, a qual concluiu que o acondicionamento em tubete plástico pode comprometer o desempenho do produto pretendido pela Administração.

Embora a recorrente sustente que o material do tubete constitui característica acessória e que o produto possui equivalência funcional e sanitária, a Administração encontra-se vinculada às especificações objetivamente estabelecidas no instrumento convocatório, o qual exigiu expressamente anestésico "envasado em tubete de cristal com 1,8 ml". Além disso, a recorrente participou regularmente do certame sem apresentar impugnação prévia ao edital quanto à referida exigência técnica, razão pela qual opera-se a preclusão administrativa quanto à discussão posterior acerca da suposta restritividade da cláusula editalícia.



Assim, considerando a previsão expressa do descritivo, a análise técnica da área requisitante e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conclui-se que a decisão de reprovação do produto ofertado mostra-se devidamente motivada e em conformidade com os princípios do julgamento objetivo, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

V) DA ANÁLISE DA TÉCNICA

Em parecer técnico elaborado pela Coordenação de Saúde Bucal, em resposta ao recurso apresentado pela empresa BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA LTDA, foi esclarecido que a exigência de anestésico odontológico acondicionado em tubete de cristal não possui caráter restritivo indevido, mas decorre de critérios técnico-sanitários relacionados à segurança do paciente, à estabilidade físico-química do medicamento e à confiabilidade durante o uso clínico. Segundo a área técnica, os tubetes de cristal apresentam vantagens reconhecidas na prática odontológica, tais como menor possibilidade de interação química entre o medicamento e a embalagem, maior estabilidade da solução anestésica e melhor inspeção visual quanto à presença de partículas, alterações de cor, bolhas ou contaminações.

O parecer destaca ainda que os tubetes plásticos podem apresentar maior permeabilidade e potencial de interação com componentes da solução anestésica, especialmente em formulações contendo vasoconstritores e metabissulfito de sódio, podendo impactar a conservação e a estabilidade do produto. Além disso, o tubete de cristal oferece maior resistência à deformação durante o procedimento anestésico, reduzindo riscos de falhas operacionais, vazamentos e alterações de pressão interna do carpule.

Quanto às alegações da recorrente, a Coordenação de Saúde Bucal esclareceu que a expressão "tubete de cristal" possui significado técnico objetivo e amplamente compreendido no mercado odontológico, referindo-se especificamente ao acondicionamento em carpule de vidro/cristal, não sendo possível interpretá-la de forma extensiva para abranger embalagens plásticas. Ressaltou ainda que a Administração está vinculada às especificações constantes do instrumento convocatório e não pode flexibilizar exigências técnicas após a abertura das propostas, sob pena de afronta aos princípios da legalidade, isonomia e julgamento objetivo.

Por fim, o parecer registra que outros licitantes atenderam à exigência editalícia e apresentaram produtos acondicionados em tubete de cristal, demonstrando que a especificação era clara e plenamente compreensível. Assim, conclui que a desclassificação da recorrente decorreu objetivamente da desconformidade do produto



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Pregão III

ofertado com as especificações técnicas do edital, motivo pelo qual foi recomendada a manutenção da decisão que rejeitou a proposta apresentada.

VI) DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Considerando todo o exposto nos autos do presente processo, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, subsidiada pela manifestação da secretaria requisitante, sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** do Recurso interposto por **BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.171/2025, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, permanecendo a decisão de habilitação anteriormente proferida em relação à empresa **PRESTAMED HOSPITALAR LTDA**.

Diante do indeferimento do recurso interposto, nos termos do § 2º do Artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, encaminho o presente processo à autoridade superior para apreciação e decisão final sobre o recurso administrativo relativo ao Pregão Eletrônico em tela, a qual deverá integrar o presente processo e constar no Sistema Compras.gov.br, observando o prazo legal de 10 (dez) dias úteis.

Por fim, esta decisão será publicada na íntegra em www.pmnf.rj.gov.br/licitacao e seu extrato em www.comprasnet.gov.br.

Nova Friburgo, 11 de junho de 2026.

Fernanda Medeiros Rodrigues

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão III

Matrícula nº 468.036